

37º Encontro Anual da ANPOCS

Águas de Lindoia – 2013

ST07 A metrópole na sociedade contemporânea

**Segregação residencial por raça e classe social na região metropolitana  
de São Paulo (2000-2010)**

Danilo Sales do Nascimento França

# Segregação residencial por raça e classe social na região metropolitana de São Paulo (2000-2010)

Danilo França<sup>1</sup>

## Introdução

O presente *paper* descreve os contornos da segregação residencial por raça e classe na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) entre 2000 e 2010. Realçaremos os diferenciais nos padrões residenciais de negros e brancos pertencentes a estratos sociais semelhantes, dando maior ênfase aos estratos médios e altos. O objetivo é apresentar a articulação entre raça e classe social como dimensão relevante a ser considerada pelos estudos sobre segregação residencial.

Tradicionalmente, o estudo da segregação residencial nas cidades brasileiras tem sido pautado pelo debate acerca da polarização entre um centro rico e uma periferia pobre. Os estudos urbanos deram maior ênfase nos processos de segregação de pobres e migrantes nas periferias, áreas metropolitanas distantes do centro e carentes de infraestrutura, e nas consequências desta segregação para a reprodução das desigualdades sociais na cidade. Mais recentemente, a maior disponibilidade de dados e a utilização de novas técnicas de mensuração e análise ensejou uma rediscussão do modelo centro-periferia, dando relevo à heterogeneidade social do espaço urbano. Primeiramente, reconhece-se a presença de classes altas em “enclaves fortificados” distantes do centro, e de favelas e bolsões de pobreza em áreas nobres. Além disso, nas áreas periféricas, antes pensadas como homogeneamente pobres, verifica-se uma grande diversificação social, assim como melhorias na infraestrutura urbana e maior acesso aos serviços oferecidos pelo Estado em muitas localidades (Ver Caldeira 2000; Marques e Torres 2005; Bichir 2006).

No entanto, mesmo num contexto de grandes avanços metodológicos, que permitem revelar dimensões pouco exploradas da segregação residencial, usualmente apregoa-se uma ideia de que os padrões habitacionais nas metrópoles brasileiras se organizam, basicamente (senão unicamente), a partir das desigualdades de classe social.

A literatura acadêmica que articula raça e espaço urbano no Brasil é pouco extensa. Há um grupo de estudos qualitativos que tratam de aspectos simbólicos e

---

<sup>1</sup> Pesquisador Junior do CEM/CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo. Bolsista do CNPq.

questões identitárias, e tomam como objeto de pesquisa favelas e bairros periféricos, lançando mão de noções como “territórios negros” ou “espaços racializados”. Tais noções são mobilizadas a fim de discutir o fato de que lugares com alta concentração de negros proporcionariam uma sociabilidade menos problemática para eles e de que estigmas atribuídos ao negro estão também associados às representações de determinados espaços da cidade, podendo ser ressignificados na forma de discursos identitários (P. ex., Rolnik 1989, Oliveira 1996, Carril 2003, Silva 2004, Vargas 2005).

O outro grupo é caracterizado por estudos quantitativos que incidem sobre a questão da segregação com base na cor da pele a partir da análise de dados censitários. Localizamos suas primeiras manifestações nos clássicos da sociologia das relações raciais, como o trabalho de Donald Pierson (1971 [1942]) em Salvador, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) em Florianópolis, e o estudo de Costa Pinto (1998 [1953]) sobre o negro no Rio de Janeiro. No entanto, estes autores apontaram que a segregação por raça não seria uma característica importante, estando fortemente condicionada pela classe social. E desde então, a segregação foi uma questão muito pouco abordada neste campo de pesquisas.

A pesquisa sobre segregação por linhas raciais só ganhou algum destaque décadas depois, a partir do trabalho do sociólogo norte-americano Edward Telles (1993; 1995; 1996; 2012 [2004]), que introduziu esta discussão no quadro das relações raciais brasileiras e apresentou evidências de que a segregação racial se expressaria mais fortemente nos estratos sociais mais altos.

Nos estudos de Telles este tema ganha um tratamento mais sistemático, através da utilização de dados censitários de 1980 para a constituição de indicadores sintéticos visando à mensuração do fenômeno em 35 regiões metropolitanas brasileiras. Este autor aplicou índices de segregação (os índices de dissimilaridade, exposição e isolamento) muito utilizados nas pesquisas norte-americanas, mas que nunca haviam sido empregados no Brasil. Através deles, Telles descobriu moderados graus de segregação – se comparados aos estadunidenses – que se tornavam mais agudos nas faixas de renda mais altas. Posteriormente, tais índices foram utilizados para mensurar a segregação residencial por raça em Salvador por Carvalho e Barreto (2007), em São Paulo por Torres (2005), em Belo Horizonte por Rios-Neto (2005), e no trabalho de Préteceille e Cardoso (2008) que compara a segregação em São Paulo, Rio de Janeiro e Paris. Estes últimos estudos basearam-se em dados do Censo de 2000.

Outro tipo de mensuração da segregação entre negros e brancos foi empreendido pelos trabalhos de Costa e Ribeiro (2004) sobre Belo Horizonte; Ribeiro (2007) sobre Rio de Janeiro; Garcia (2006) sobre Rio de Janeiro e Salvador; e Carvalho e Barreto (2007) sobre Salvador. Estes pesquisadores realizaram o que Prêteceille (2004) chamou de “análise tipológica”: classificaram as áreas que compõem as cidades segundo uma tipologia hierarquizada conforme os perfis socioeconômicos predominantes; e compararam a proporção de negros e brancos em cada uma dessas áreas, concluindo que, apesar de não haver segregação absoluta, as áreas superiores apresentam concentração de brancos acima da média, enquanto as áreas inferiores, maior concentração de negros.

Em pesquisa anterior sobre raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo (França 2010), utilizamos a base de dados da amostra do Censo de 2000, e aplicamos as duas abordagens para mensuração da segregação expostas acima – índices sintéticos e análise tipológica –, além de outras técnicas para medir o fenômeno: quocientes locacionais, *locational-attainment models*, e índices de Moran Global e Local. Dentre os resultados encontrados, destacamos que o grau de segregação racial, a princípio muito baixo na camada de menor renda, tende a aumentar conforme consideramos os padrões residenciais de negros e brancos nos estratos mais altos – delimitados operacionalmente por faixas de renda domiciliar mensal a partir de 10 salários mínimos. Acrescenta-se que, considerando as faixas de renda domiciliar mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão, comparativamente, mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros.

No entanto, de 2000 até hoje, o Brasil tem passado por importantes transformações socioeconômicas como a diminuição da desigualdade e crescimento de estratos médios. No âmbito das cidades, constatou-se também forte aquecimento do mercado imobiliário e do setor da construção. Tais circunstâncias podem gerar diferentes impactos sobre as classes e os grupos raciais, assim como sobre os padrões de segregação residencial destes grupos. Neste cenário, a disponibilidade de dados censitários mais recentes, colhidos em 2010, apresenta-se como importante oportunidade para averiguarmos empiricamente em que medida estas transformações de fato ocorreram na Região Metropolitana de São Paulo.

A comparação dos padrões de residenciais de negros e brancos de diferentes estratos sociais em 2000 e 2010 será nosso ponto de partida para a defesa da pertinência de uma abordagem que incorpore a variável raça na análise da segregação. Procuraremos sustentar nosso argumento a partir de resultados obtidos através do uso de variadas técnicas de mensuração da segregação. Por fim, proporemos perspectivas interpretativas e colocaremos novas interrogações acerca das características raciais da segregação residencial e seus vínculos com as desigualdades.

### **Dissimilaridade residencial de negros e brancos na RMSP**

O índice de dissimilaridade (ID) é uma tradicional medida de segregação residencial que capta o grau em que dois grupos sociais *não* estão uniformemente [*evenly*] distribuídos no espaço de uma cidade.<sup>2</sup> Neste sentido, a uniformidade se define a partir da proporção de cada grupo na composição da população total da cidade, e do quanto que a distribuição destes grupos pelas diversas áreas da cidade replica esta composição. Ou seja, este indicador evidencia a relação entre a composição da população de cada unidade espacial e a composição da população de toda a cidade.<sup>3</sup> O índice de dissimilaridade varia de 0 a 1, onde 1 significa segregação total e 0 significa uniformidade total na distribuição dos grupos.

O resultado costuma ser interpretado como indicando a proporção da população de um determinado grupo da cidade que teria que trocar de área com outro para que se obtenha um padrão residencial uniforme do ponto de vista da proporção de cada grupo na composição da população da cidade. Por exemplo, no caso do índice de dissimilaridade resultar em 0,40, considerar-se-ia que 40% da população de um grupo deveria trocar de área para que se obtenha uma distribuição uniforme dos grupos considerados no cálculo do índice.

Conforme a tabela 1, na década em questão, o índice de segregação entre negros e brancos teve um leve crescimento. Se, em 2000, 27% da população teria que trocar de

---

<sup>2</sup> Definiremos segregação residencial como sendo o grau em que os grupos sociais se encontram distantes uns dos outros, considerando a localização de suas moradias no espaço urbano (Marques 2005; Massey e Denton 1988). Trata-se do grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente. De modo que “a segregação é – sobretudo – um fenômeno relacional: só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado” (Torres 2004: 42).

<sup>3</sup> A unidade espacial de referência para a mensuração da segregação serão as áreas de ponderação delimitadas pelo Censo de 2010.

área de ponderação para que a distribuição dos grupos raciais fosse homogênea, em 2010 esta proporção subiu para 29%.<sup>4</sup> Como estão abaixo de 0,30, tais índices seriam considerados moderados segundo os padrões dos EUA – país de maior tradição na aplicação destas medidas.

**Tabela 1: Índice de Dissimilaridade entre Negros e Brancos. RMSP, 2000 e 2010.**

2000	0,27
2010	0,29

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração própria.

É muito comum que tal indicador de segregação entre negros e brancos seja interpretado como um efeito da segregação residencial por classe social, uma vez que a maior parte da população negra é pobre, e que as camadas superiores são predominantemente brancas. No entanto, empreenderemos aqui uma tentativa de colocar em evidência o componente racial da segregação. Assim, na sequência de nossa análise, a população da RMSP será classificada, segundo a sugestão de Marques, Barbosa e Prates (2013), em estratos sociais baseados em agrupamentos das categorias ocupacionais EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero 1979; Barbosa e Marschner 2013).<sup>5</sup> No estrato superior estão as categorias de proprietários e empregadores e de profissionais de alto nível; o estrato médio é composto por profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores do trabalho manual, e trabalhadores não-manuais de rotina de alto nível; o estrato baixo reúne trabalhadores não-manuais de rotina de baixo nível, trabalhadores manuais qualificados, e trabalhadores manuais semi ou não qualificados. Da intersecção destes três estratos com os grupos raciais negros e brancos<sup>6</sup> resultaram seis agrupamentos, dos quais verificaremos os índices de segregação nas tabelas abaixo.

---

<sup>4</sup> De acordo com Cortese, Falk e Cohen (1976), o índice de dissimilaridade tende a inflacionar quando o número de membros das minorias é muito pequeno comparado à quantidade de unidades espaciais utilizadas para seu cálculo. Inversamente, quanto maior a proporção da minoria, menor deve ser o valor do índice, mas não necessariamente será menor a segregação. No caso da RMSP, entre 2000 e 2010 houve aumento da proporção de pretos e pardos, mas também houve aumento do índice de dissimilaridade. Tal evidência afasta a possibilidade de que o crescimento do valor do indicador seja um efeito metodológico. Ou seja, segundo a concepção de segregação que pauta a construção do índice de dissimilaridade, houve, de fato, aumento da segregação racial em São Paulo.

<sup>5</sup> As expressões de classe, estrato ou camada social aqui empregadas dizem respeito a uma definição operacional de estratificação que têm como base as categorias ocupacionais EGP.

<sup>6</sup> Assim como as categorias EGP foram reunidas para formar três estratos sociais, as categorias de “raça/cor” de “pretos” e “pardos” foram unificadas na categoria “negros” visando obter resultados estatisticamente mais significativos na mensuração da segregação.

**Tabela 2: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2000.**

Grupos	Branco Superior	Negro Superior	Branco Médio	Negro Médio	Branco Baixo	Negro Baixo
Resto da População	0,44	0,15	0,22	0,17	0,11	0,28
Branco Superior	-	0,39	0,26	0,52	0,45	0,58
Negro Superior	0,39	-	0,20	0,19	0,19	0,27
Branco Médio	0,26	0,20	-	0,30	0,23	0,38
Negro Médio	0,52	0,19	0,30	-	0,14	0,13
Branco Baixo	0,45	0,19	0,23	0,14	-	0,18
Negro Baixo	0,58	0,27	0,38	0,13	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

**Tabela 3: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.**

Grupos	Branco Superior	Negro Superior	Branco Médio	Negro Médio	Branco Baixo	Negro Baixo
Resto da População	0,47	0,15	0,25	0,15	0,12	0,30
Branco Superior	-	0,40	0,26	0,53	0,48	0,61
Negro Superior	0,40	-	0,20	0,19	0,19	0,29
Branco Médio	0,26	0,20	-	0,31	0,26	0,41
Negro Médio	0,53	0,19	0,31	-	0,13	0,15
Branco Baixo	0,48	0,19	0,26	0,13	-	0,18
Negro Baixo	0,61	0,29	0,41	0,15	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Nas primeiras linhas de cada uma das tabelas 2 e 3 observamos que os grupos mais segregados do resto da população da metrópole são os brancos de estrato superior, com índices bem acima dos seguintes, os negros de estrato baixo e os brancos de estrato médio. Os outros grupos – brancos de estrato baixo, e negros de estrato médio e superior – estão mais bem distribuídos pelos espaços da região metropolitana.

Consideremos agora a segregação socioeconômica interna aos grupos raciais: os negros de diferentes classes estão mais próximos entre si do que os brancos. Na década, notamos um pequeno crescimento da segregação dos negros de classe baixa com relação aos negros dos dois outros estratos. Já entre os brancos, mais distantes entre si segundo as diferentes classes sociais, observa-se que a segregação dos brancos de classe alta tende a aumentar.

De fato, os brancos mais ricos apresentam o maior isolamento da metrópole, distanciando-se de todos os outros grupos. O grupo mais próximo deles é o dos brancos de classe média (0,23 em 2000 e 0,26 em 2010). Em seguida, o grupo mais próximo, mas

já com um índice de dissimilaridade relativamente grande (0,37 em 2000 e 0,39 em 2010) é o dos negros de classe alta. Por outro lado, se avaliarmos os índices de segregação dos negros de classe alta (segunda coluna das Tabelas 2 e 3), o grupo que menos compartilha as mesmas áreas que eles são os próprios brancos de classe alta. Estes dados evidenciam o tamanho isolamento da elite branca na metrópole paulistana.

No outro extremo da estratificação, o grupo mais segregado é o dos negros mais pobres. A comparação com os brancos mais pobres revela que estes últimos encontram-se mais uniformemente distribuídos pelas áreas da cidade e mais próximos das camadas médias e superiores, ao passo que os negros de classe baixa tendem a concentrar-se mais em áreas específicas.

Na década, percebe-se uma tendência de crescimento da segregação dos brancos de classe alta e de classe média com relação ao resto da população paulistana (de 0,44 para 0,47; e de 0,22 para 0,25, respectivamente), mas principalmente com relação a negros e brancos de classe baixa. O índice de dissimilaridade entre brancos de classe alta a negros de classe baixa chega a 0,61 em 2010 – valor comum em metrópoles hipersegregadas estadunidenses. Já os negros de classe alta, por sua vez, ficaram mais distantes tanto de brancos de classe superior (de 0,39 para 0,40) quanto de negros de classe baixa (de 0,27 para 0,29).

Tais resultados do índice de dissimilaridade demonstram que, para além da bem documentada segregação entre as classes sociais no espaço urbano, é possível observar também um componente racial na segregação. Isto se torna mais evidente quando comparamos os indicadores de negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social, em especial nas camadas médias e altas.

### **Índice de Moran: uma medida espacial de segregação**

As mensurações apresentadas na seção anterior evidenciam a segregação entre negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. Mas se tratam de indicadores sintéticos que não nos revelam onde cada um dos grupos se concentra. Nesta seção, apresentaremos uma análise da segregação a partir do índice de Moran (Anselin 1995), outra técnica de mensuração de segregação residencial amplamente empregada. O índice de Moran é uma medida de autocorrelação espacial, ou seja, para além da distribuição de grupos por áreas, tal medida leva em conta a contiguidade das áreas onde concentram-se



os diferentes grupos.<sup>7</sup> Trata-se, em outras palavras, de em que medida os grupos considerados têm grande concentração em conjuntos de áreas vizinhas umas das outras.

**Tabela 4: Índices de Moran Global na RMSP.  
2000 e 2010.**

	2000	2010
Branco Superior	0,82	0,78
Negro Superior	0,47	0,30
Branco Média	0,76	0,72
Negro Média	0,77	0,66
Branco Baixa	0,73	0,68
Negro Baixa	0,78	0,75

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Observando os resultados do chamado índice de Moran Global – que varia entre -1 e +1 –, podemos considerar os indicadores de segregação para todos os grupos como sendo significativos e bastante elevados (com exceção apenas daqueles dos negros de estrato superior, os valores foram sempre acima de 0,66). Estes valores elevados indicam que cada um dos grupos deve concentrar-se em aglomerados de áreas vizinhas entre si. Assim como nos resultados do índice de dissimilaridade, os maiores valores dizem respeito aos brancos de estrato superior e aos negros das camadas baixas.

No período 2000-2010, observamos redução no índice de Moran Global para todos os grupos analisados. As maiores reduções nesta medida espacial de segregação podem ser observadas para os negros de classe alta (de 0,47 para 0,30), que continuaram sendo o grupo menos segregado, e para os negros de classe média (de 0,77 para 0,66), que deixaram de ser o terceiro grupo mais segregado e passaram a ser o quinto.

As reduções observadas nos resultados do índice de Moran ao mesmo tempo em que há aumento do índice de dissimilaridade significam que, apesar dos grupos ainda permanecerem segregados do resto da população, deve ter ocorrido maior dispersão, ou

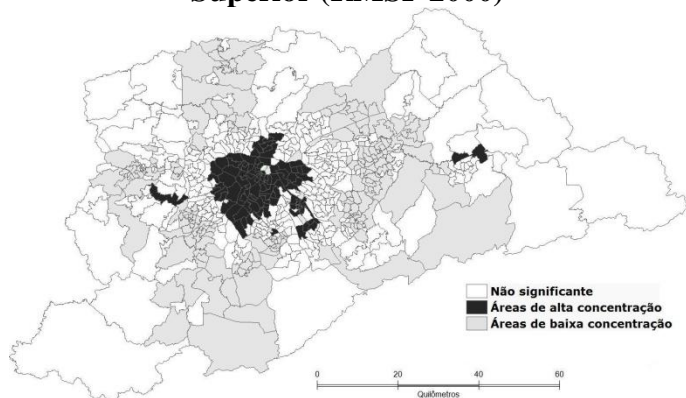
---

<sup>7</sup> O índice de Moran foi calculado a partir do quociente locacional de cada um dos seis grupos nas 633 áreas de ponderação da RMSP. O quociente locacional (QL) é uma medida de concentração que consiste na razão entre a proporção da população de um grupo em uma determinada área e a proporção da população deste mesmo grupo na cidade inteira. Ou seja, tal como o índice de dissimilaridade, o QL também pondera em que medida a proporção de um dado grupo em uma área replica a proporção deste grupo em toda a região metropolitana. Porém enquanto ID resulta num único valor para representar a segregação entre dois grupos num dado espaço urbano, o QL resulta em valores específicos da concentração de cada um dos grupos para cada uma das áreas que compõem este espaço urbano. Assim, foram calculados os quocientes locacionais dos seis grupos para cada uma das áreas de ponderação da cidade.

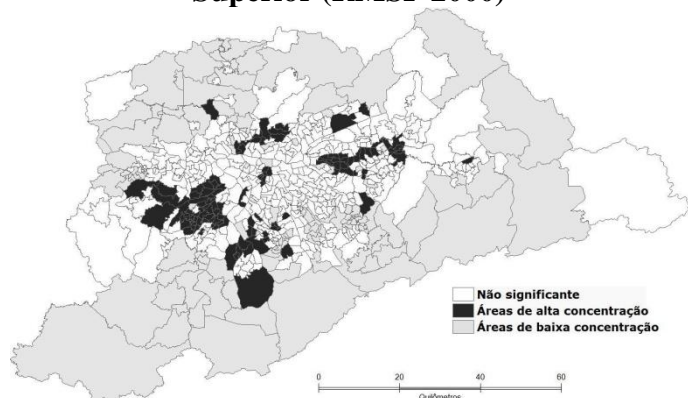
menor contiguidade entre as áreas nas quais cada grupo se concentra, e isto deve ser especialmente válido para negros das camadas superiores e médias. Verificaremos esta hipótese em detalhe através dos *LISA Maps* (*Local Indicator of Spatial Autocorrelation*). Tratam-se de mapas que representam a autocorrelação espacial dos grupos que analisamos. As áreas mais escuras denotam alta concentração da variável em questão em áreas vizinhas entre si. As áreas em cinza claro expressam a contiguidade de áreas de baixa concentração desta variável. Áreas em branco não tiveram resultado estatisticamente significativo.

Comparando-se os mapas de cada um dos grupos em 2000 e 2010, notamos que os grupos que menos apresentaram novidades – ou seja, novas áreas de alta ou baixa concentração em 2010 – foram os brancos de classe alta: permaneceram concentrados no mesmo grande aglomerado central. Por outro lado, muitas novas áreas de concentração podem ser observadas para os casos dos negros de classe alta e média. Descrevemos, a seguir, em maior detalhe.

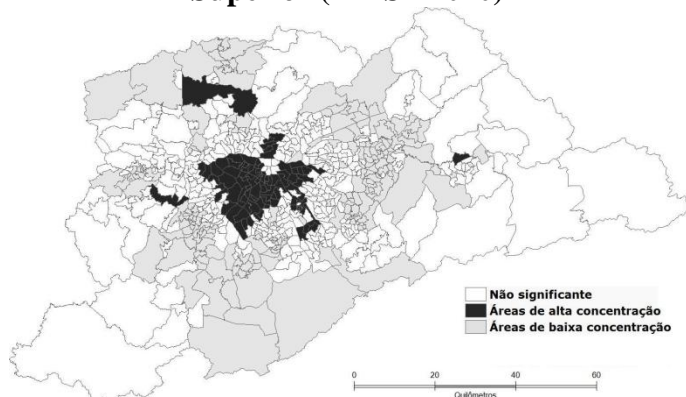
**Mapa 1: LISA Map dos Brancos de Classe Superior (RMSP 2000)**



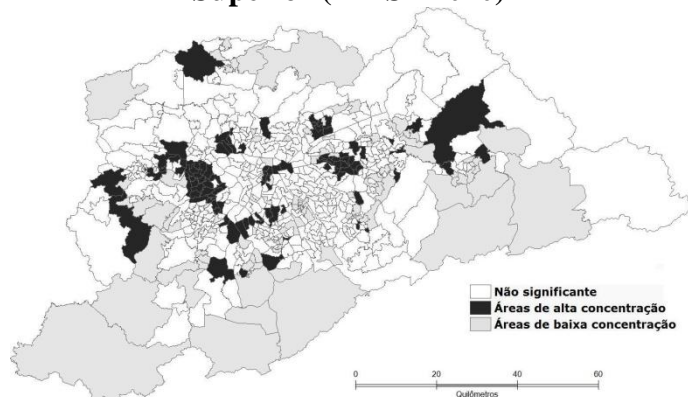
**Mapa 2: LISA Map dos Negros de Classe Superior (RMSP 2000)**



**Mapa 3: LISA Map dos Brancos de Classe Superior (RMSP 2010)**

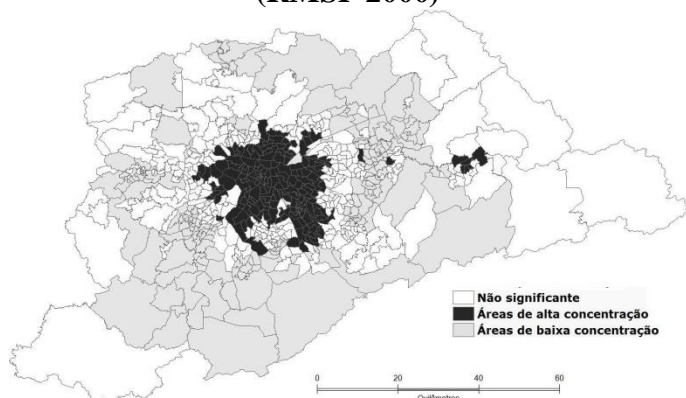


**Mapa 4: LISA Map dos Negros de Classe Superior (RMSP 2010)**

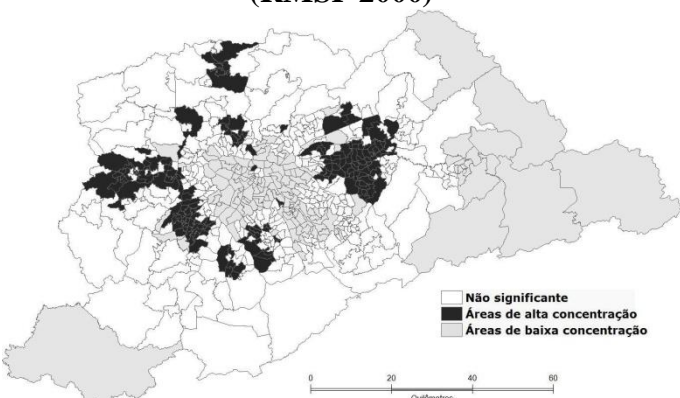


Há um grande aglomerado de áreas de concentração de brancos de classe superior em áreas do centro expandido de São Paulo (no quadrante sudoeste e nas partes das zonas norte e leste mais próximas do centro); e outra menor no ABC paulista. De 2000 para 2010, este grande conjunto se altera muito pouco. Destacamos uma pequena extensão em direção à Zona Leste, e também o crescimento à sudeste e importante diminuição no centro velho de São Paulo.

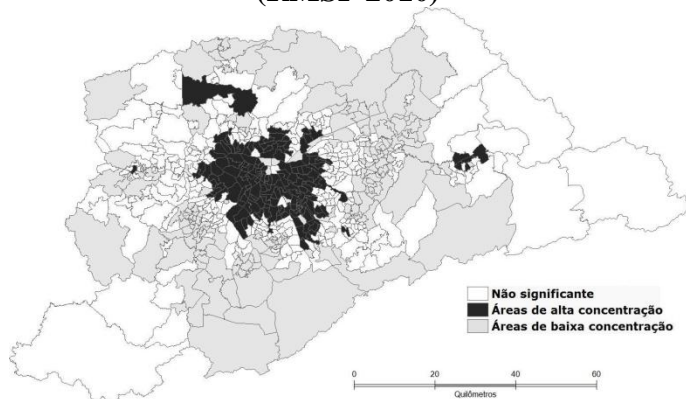
**Mapa 5: LISA Map dos Brancos de Classe Média (RMSP 2000)**



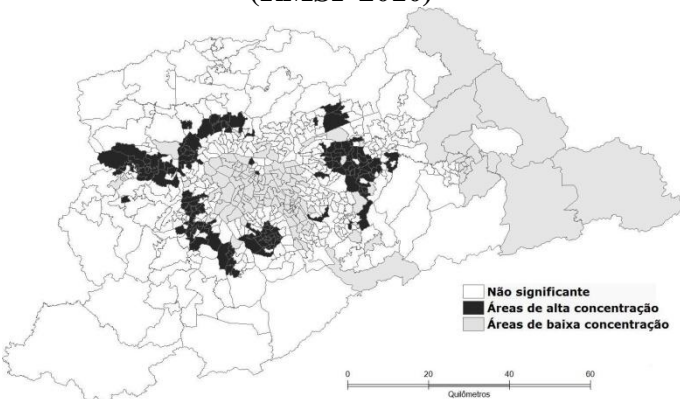
**Mapa 6: LISA Map dos Negros de Classe Média (RMSP 2000)**



**Mapa 7: LISA Map dos Brancos de Classe Média (RMSP 2010)**



**Mapa 8: LISA Map dos Negros de Classe Média (RMSP 2010)**

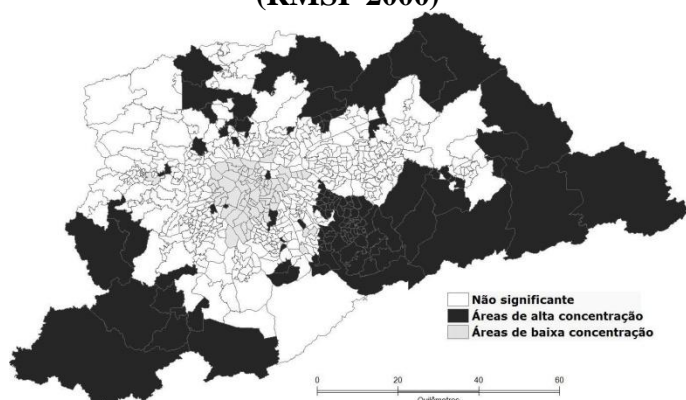


Há diversos conjuntos de espaços com maior concentração de negros de classe superior, com significativas alterações de 2000 para 2010. Ao contrário do *LISA Map* dos brancos de classe alta, há um agrupamento de negros mais ricos no centro velho da cidade de São Paulo que se estende ao sul, em direção à Vila Mariana, e à leste, até o Belém. Na Zona Norte, em 2010 há um novo aglomerado na região do distrito de Pirituba (noroeste de São Paulo). Manteve-se um conjunto na Zona Leste, em torno de Itaquera. Na Zona Sul, há uma faixa que se estende desde a região do Jabaquara até Socorro. Na porção oeste da região metropolitana há um grande aglomerado que, em 2000, avançava

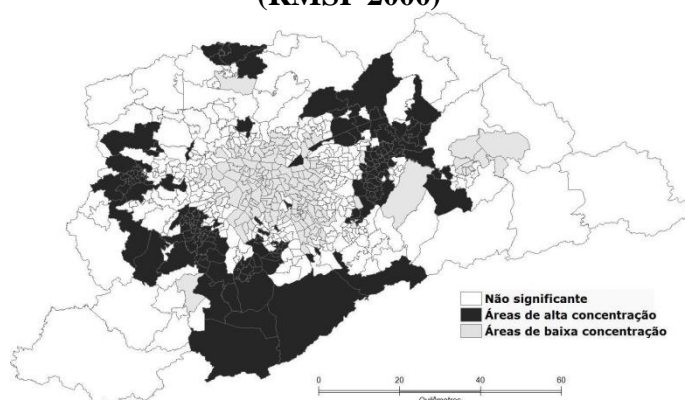
para o sudoeste, em direção de Embu e Cotia, mas em 2010 muda de feição, estando mais concentrado na região de Osasco (sul deste município, Barueri e Jandira).

Negros e brancos de classe média são os grupos cujos aglomerados de áreas de alta concentração são, comparativamente, mais díspares entre si. Os brancos de classe média concentram-se num grande agrupamento central que se sobrepõe de forma praticamente integral ao aglomerado dos brancos de classe superior, tendo, porém, um raio maior, ou seja, é mais extenso em todas as direções. Este conjunto central representa, para os negros de classe média, uma área de baixa concentração (em cinza claro). Os aglomerados de alta concentração dos negros de classe média apresentam uma distribuição peculiar: grande conjunto no extremo leste de São Paulo e municípios limítrofes; agrupamentos na Zona Norte que, em 2010, passam a formar uma faixa na direção Oeste, avançando até Itapevi; outra faixa no sudoeste, de Taboão da Serra até o Grajaú; além de aglomerações em Guarulhos e entre Diadema e o distrito de Pedreira.

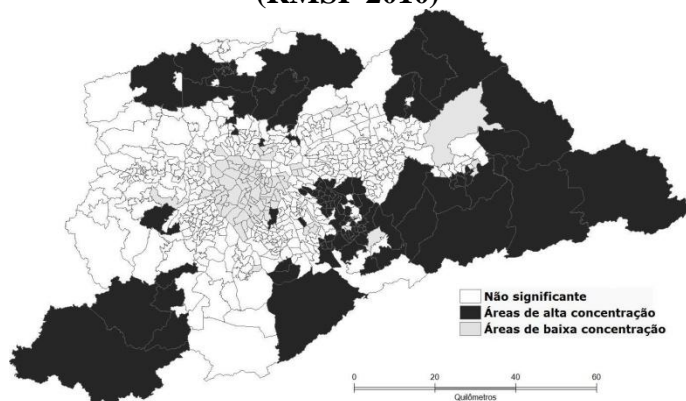
**Mapa 9: LISA Map dos Brancos de Classe Baixa (RMSP 2000)**



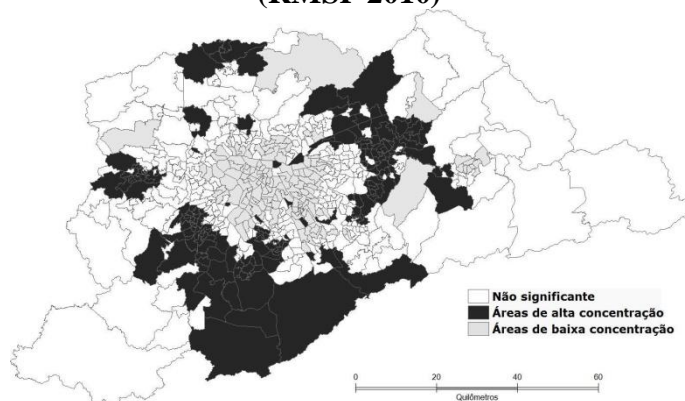
**Mapa 10: LISA Map dos Negros de Classe Baixa (RMSP 2000)**



**Mapa 11: LISA Map dos Brancos de Classe Baixa (RMSP 2010)**



**Mapa 12: LISA Map dos Negros de Classe Baixa (RMSP 2010)**



São raras as mudanças de 2000 para 2010 nos LISA Maps dos grupos mais pobres. De um modo geral, os grupos de classe baixa, tanto negros quanto brancos, continuam tendo maior concentração nos anéis periféricos mais externos da Região Metropolitana de São Paulo. O diferencial que mais se destaca são as áreas de alta concentração de brancos pobres nas cidades da região metropolitana mais distantes do município de São Paulo (como Juquitiba São Lourenço da Serra, Salesópolis, Biritiba-Mirim, Guararema e Santa Isabel).

Em suma, os indicadores analisados nos informam uma consistente permanência nos moderados graus de segregação residencial racial na Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, algumas tendências não coincidiram. O pequeno crescimento do índice de dissimilaridade com diminuição do índice de Moran pode ser interpretado da seguinte forma: os grupos permanecem separados entre si, mas passaram a se distribuir em áreas que não necessariamente formam aglomerados adjacentes. Esta parece ser mais uma evidência pela relativização de grandes divisões, como por exemplo a de centro-periferia, na análise da segregação na metrópole.

Infelizmente, os LISA Maps apresentam grande quantidade de áreas cujo indicador de autocorrelação espacial não é estatisticamente significativo, isso prejudica uma melhor identificação de novas áreas nas quais cada grupo passou a se concentrar. Desta maneira, o índice de Moran parece eficiente para apontar grandes tendências para todo o conjunto da região metropolitana, mas não nos permite identificar mudanças configuracionais mais específicas.

Ademais, nossos questionamentos agora devem também se deslocar para além do aspecto mais geral, ou do “montante total” revelado pelos índices que mensuram a segregação. Pois, se observamos que um dado grupo continua concentrado num mesmo espaço, isto não necessariamente significa que este espaço permanece sendo o mesmo em seus atributos. Ou seja, havendo permanências dos grupos em determinadas áreas, cabe perguntar quais transformações ocorreram nestes espaços durante o período analisado: se houve transformações na infraestrutura, no acesso à cidade, na oferta de políticas públicas, ou mesmo nas características socioeconômicas da população de cada uma das áreas.

## **Análise Tipológica**

Nesta seção, realizaremos uma “análise tipológica” (Préteceille 2004), ou seja, observaremos a distribuição dos grupos por diferentes tipos hierarquizados de áreas. Neste sentido, assumimos a classificação dos espaços sociais da Região Metropolitana de São Paulo, desenvolvida por Marques (2013), em cinco grupos: (1) espaços das elites; (2) espaços das classes médias-altas; (3) espaços médios-misturados; (4) espaços médios-baixos misturados; (5) espaços dos trabalhadores manuais.

A Tabela 5 exibe a composição de cada tipo de espaço segundo os seis grupos analisados, bem como a diferença da participação de cada um desses grupos entre 2000 e 2010.

É evidente uma maior concentração de brancos nas áreas superiores e de negros nas áreas inferiores. Na década, os espaços de elite (1) tornaram-se ainda mais exclusividade dos brancos de classe superior que, em 2010, representam 45,5% da população destes espaços. Além disso, a proporção de brancos de classe baixa nestes espaços, embora em queda (de 17,7% para 13,7%), é maior do que a soma das proporções de negros de todas as classes sociais (10,4%). Ou seja, os brancos de classe média e alta, que predominam nas áreas de elite (somam 72,3% da população destas áreas), têm maior proximidade residencial com brancos pobres do que negros.

Descrição semelhante também é válida para os espaços das classes médias-altas, exceto pelo fato de haver mais brancos de classe média do que de classe superior. Nestes espaços observamos novamente crescimentos dos brancos de classe superior (e em menor grau dos negros destes estratos).<sup>8</sup>

Nos espaços médios-misturados metade da população é de classe baixa (30,7% de brancos e 19,6% de não-brancos) e pouco mais de um terço de classe média (25,7% de brancos e 8,1% de negros). Nos espaços médio-baixos misturados são, de fato, os mais misturados, havendo 46,1% de não-brancos. A maior parte (68,1%) de população é de classe baixa, com proporções semelhantes de brancos e negros – pouco mais de 33% cada.

Os espaços dos trabalhadores manuais são de maioria pobre (78,1%). Os negros de classe baixa representam 43,6% da população, ao passo que os brancos destes estratos

---

<sup>8</sup> As proporções tanto de brancos quanto de negros de classe superior cresceram em quase todos os tipos de espaço, provavelmente devido ao crescimento da participação dos profissionais de nível alto na população da Região Metropolitana.



são 33,6%. Trata-se do tipo de espaço em que mais se aproximam as proporções de negros e brancos de classe alta (1,7% e 2,4%) e classe média (8,7% e 9,2%).

**Tabela 5: Composição dos tipos de espaço por grupos de raça e classe. RMSP, 2000 e 2010.**

Tipos de Áreas	Grupos	2000	2010	Diferença <sup>1</sup>
1 Espaços das elites	Branco - Classe Superior	37,6%	45,2%	7,6%
	Branco - Classe Média	34,5%	30,6%	-3,8%
	Branco - Classe Baixa	17,7%	13,7%	-4,0%
	Negro - Classe Superior	1,1%	2,0%	
	Negro - Classe Média	2,2%	2,4%	
	Negro - Classe Baixa	6,9%	6,1%	
	Total	100,0%	100,0%	
2 Espaços das classes médias-altas	Branco - Classe Superior	22,9%	28,2%	5,3%
	Branco - Classe Média	32,7%	29,7%	-3,0%
	Branco - Classe Baixa	27,9%	23,5%	-4,4%
	Negro - Classe Superior	1,2%	2,5%	1,3%
	Negro - Classe Média	4,0%	5,0%	
	Negro - Classe Baixa	11,4%	11,2%	
	Total	100,0%	100,0%	
3 Espaços médios-misturados	Branco - Classe Superior	11,3%	13,4%	2,1%
	Branco - Classe Média	29,4%	25,7%	-3,7%
	Branco - Classe Baixa	35,5%	30,7%	-4,8%
	Negro - Classe Superior	1,3%	2,5%	1,2%
	Negro - Classe Média	6,5%	8,1%	1,6%
	Negro - Classe Baixa	16,1%	19,6%	3,5%
	Total	100,0%	100,0%	
4 Espaços médios-baixos misturados	Branco - Classe Superior	5,1%	5,6%	
	Branco - Classe Média	18,8%	14,9%	-3,9%
	Branco - Classe Baixa	37,8%	33,5%	-4,4%
	Negro - Classe Superior	1,1%	2,1%	1,0%
	Negro - Classe Média	8,2%	9,3%	1,2%
	Negro - Classe Baixa	29,0%	34,7%	5,7%
	Total	100,0%	100,0%	
5 Espaços dos trabalhadores manuais	Branco - Classe Superior	2,2%	2,4%	
	Branco - Classe Média	12,2%	9,2%	-3,0%
	Branco - Classe Baixa	38,5%	33,6%	-4,9%
	Negro - Classe Superior	0,9%	1,7%	
	Negro - Classe Média	8,1%	8,7%	
	Negro - Classe Baixa	38,1%	44,5%	6,4%
	Total	100,0%	100,0%	

<sup>1</sup> Acima de 1%

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Considerando a distribuição de cada um dos grupos pelos cinco diferentes tipos de espaço na Tabela 6, notamos primeiramente que os brancos de estrato superior permanecem tendo maior concentração nos espaços da elite ou da classe média-alta (cerca de 53% em 2000 e em 2010). Já os negros deste mesmo estrato têm maior concentração em espaços médios-baixos misturados (36,4% em 2000 e 35,1 em 2010). Mais da metade dos negros de classe superior (cerca de 54% em ambos os anos) residiam nos espaços de tipo 4 (espaços médios-baixos misturados) e 5 (espaços dos trabalhadores manuais).

**Tabela 6: Distribuição dos grupos de raça e classe pelos tipos de espaço. RMSP, 2000 e 2010.**

Tipos de Áreas	2000	2010	2000	2010
	Branco - Classe Superior		Negro - Classe Superior	
1	28,9%	30,0%	7,8%	7,4%
2	24,3%	22,9%	12,1%	11,4%
3	24,7%	25,9%	26,1%	27,2%
4	17,5%	16,4%	36,4%	35,1%
5	4,7%	4,8%	17,6%	19,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Branco - Classe Média		Negro - Classe Média	
1	12,3%	13,0%	2,6%	2,4%
2	16,1%	15,4%	6,6%	6,1%
3	29,8%	31,7%	21,6%	23,4%
4	29,7%	27,9%	42,6%	41,3%
5	12,1%	12,0%	26,6%	26,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Branco - Classe Baixa		Negro - Classe Baixa	
1	4,1%	3,6%	2,3%	1,6%
2	8,9%	7,5%	5,2%	3,7%
3	23,3%	23,3%	15,1%	15,5%
4	38,8%	38,7%	42,4%	41,8%
5	24,8%	26,9%	35,0%	37,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Cerca de 30% dos brancos de classe média permanecem residindo em espaços médios misturados, não obstante apresentarem também grandes proporções em espaços médios-baixos misturados (29,7% em 2000 e 27,9% em 2010). Mas, mesmo assim, mantiveram sua proporção de cerca de 28% em espaços de elite e das classes médias-



altas. A proporção de negros de classe média nestes dois tipos superiores de espaços caiu de 9,2% para 8,5%. Na década, aumentou a proporção de negros de classe média em espaços médios misturados e em espaços dos trabalhadores manuais. Contudo mais de 40% deste grupo permanece residindo nos espaços médio-baixos misturados.

Notemos, portanto, que, apesar das mudanças dos principais agrupamentos de áreas de maior concentração de negros de classes médias e altas revelados pelos *LISA Maps*, pouca coisa mudou no que tange aos tipos de espaços (segundo características socioeconômicas) onde estes grupos se localizam.

Avaliando agora apenas as classes baixas, notamos o crescimento de negros e brancos em espaços dos trabalhadores manuais. Nestes tipos de espaços, juntamente com os espaços médio-baixos misturados, reside a maioria absoluta das classes baixas, mas principalmente dos negros de classes baixas. Trata-se de 65,6% de brancos de classe baixa nos áreas de tipo 4 e 5, ao passo que são 79,1% de negros de classe baixa nestes lugares.

De uma forma geral, através desta “análise tipológica” verificamos que entre 2000 e 2010 não houve significativas mudanças nas características residenciais raciais, mantendo-se o padrão segundo o qual, independentemente da classe social, haveria maior concentração de brancos em espaços de tipo superior e de negros em espaços de tipo inferior.

### **Síntese dos Resultados**

Nas seções deste *paper* revelamos inflexões raciais nos contornos da segregação residencial na região metropolitana de São Paulo durante os primeiros dez anos do século XXI. Neste período, houve transformações sociais significativas nas desigualdades raciais entre negros e brancos, como o crescimento da proporção de negros com diploma de ensino médio e superior e a maior inserção destes em categorias ocupacionais médias e altas. No entanto, num contexto de queda dos retornos em rendimento para os formados no ensino médio e superior, as desigualdades raciais de renda permaneceram as mesmas. (Cf. França 2013).

Neste cenário, a segregação residencial por raça pouco se alterou. Tal qual constatado por pesquisas anteriores baseadas nos dados do Censo de 2000 (Préteceille e Cardoso 2008; França 2010), a segregação entre negros e brancos segue branda nas classes baixas, e torna-se mais significativa nas classes médias e altas. A segregação por

classe internamente aos grupos raciais é bem mais forte entre os brancos; ou seja, negros de diferentes classes sociais encontram-se mais próximos entre si do que os brancos. Há um permanente isolamento dos brancos de classe alta de todos os outros grupos, sendo que o grupo que mais se aproxima deles são os brancos de classe média. Na classe média, aliás, observamos um substancial afastamento entre negros e brancos.

Por fim, neste contexto de maior inserção de negros em categorias ocupacionais não manuais, os resultados indicam menor agrupamento residencial dos negros de classes médias e altas, com diversas mudanças nas áreas de maior concentração destes grupos, manifestas nos *LISA Maps*. Nossos dados não nos permitem asseverar se houve ascensão social (ocupacional) de negros que continuam morando em seus bairros de origem ou se há mobilidade residencial dos negros de camadas intermediárias e superiores. Contudo, a despeito de qualquer uma destas possibilidades, o fato é que não está havendo uma maior aproximação residencial destes grupos com brancos dos mesmos estratos sociais, nem mesmo significa que passaram a residir em espaços de tipos socioeconômicos superiores.

Revelamos aqui a segregação entre negros e brancos de categorias ocupacionais semelhantes e próximas entre si. Não obstante, há de ser feita a ressalva de que não sabemos ainda em que medida as distâncias residenciais verificadas se associam a outros fatores como redes sociais, laços familiares, salários, riqueza em termos de bens e propriedades, etc. Outro fator que deve ser considerado é o fato de ser recente a ascensão social de muitos negros.

### **Estratificação social, raça e espaço urbano (uma primeira proposta de interpretação)**

No quadro de persistência da segregação residencial que observamos a partir das evidências descritas no presente texto, os dados mais salientes dizem respeito a grande separação dos brancos de classes média e superior de todos os outros grupos, que se encontram mais próximos entre si. São estes os principais elementos do desenho peculiar da segregação por raça e classe que observamos na metrópole paulistana. Se não houvesse as especificidades raciais aqui expostas, e a segregação fosse puramente por classe social, haveria grande proximidade de negros e brancos de cada uma das classes, não apenas entre os mais pobres. No entanto, o que observamos aqui também não se assemelha ao modelo – que foi marcante em muitas cidades norte-americanas – em que a raça se destacaria como sendo a principal clivagem residencial.

A caracterização da segregação residencial por raça e classe na RMSP parece ter forte relação com a estruturação da estratificação social no Brasil. Nesta direção, seguimos aqui a interpretação proposta por Edward Telles (2012), que sugere que a sociedade brasileira poderia ser pensada segundo uma clivagem entre uma classe média e alta branca e a classe pobre multirracial. Tal clivagem é pensada não apenas enquanto desigualdades socioeconômicas, mas também como “distância social”, no sentido da possibilidade de convivência entre os diferentes grupos. Existiriam “barreiras invisíveis” que dificultariam a entrada dos negros nas classes médias e uma cultura racista propagaria representações de que os negros deveriam ocupar posições subalternas.<sup>9</sup> Tais limites para a inserção e consolidação da posição dos negros nestes estratos estariam refletidos na maior distância residencial deles para com os brancos de classe social semelhante. Assim, as “barreiras invisíveis” e a cultura racista, postuladas por Telles (2012 [2004]), podem ser identificadas na distância entre os grupos raciais cultivada nas relações horizontais (de proximidade e integração, incluindo-se aí relações de sociabilidade, vizinhança, intercassamentos, etc.) dos estratos médios e altos, que mantêm os negros afastados.

Esta proposição pode ganhar maior alcance se considerarmos as teorias de Pierre Bourdieu (1997), para quem o espaço físico habitado seria uma simbolização do espaço social, manifestando as hierarquias e distâncias sociais: as hierarquizações dos espaços correspondem e naturalizam hierarquias sociais. Podemos, então, dizer que a posse de capital (econômico, cultural, social, etc.)<sup>10</sup>, na qual se baseia a organização do espaço social, molda o espaço físico que, por sua vez, atua na própria reprodução das estruturas do espaço social.

Ademais, as localizações dos diversos estratos sociais não só influenciam, mas também encontram amparo nas próprias percepções e representações que os indivíduos têm sobre o espaço. Tais representações de mundo e estilos de vida tendem a se reproduzir na linguagem e nos sistemas de preferência – “isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense / provinciano, chique /

---

<sup>9</sup> Uma consequência marcante destes mecanismos é o fato dos negros de renda mais alta não serem reconhecidos como “da classe média” e, com isso, serem alvo de constantes desconfianças e discriminações (Figueiredo 2003, 2004).

<sup>10</sup> “A capacidade de dominar o espaço (...) depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (...): a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social.” (Bourdieu 1997: 164)

não chique, etc.)” (Bourdieu 1997: 162) – que são reforçados pela própria ordem dos espaços físicos.<sup>11</sup>

A partir destas demarcações, consideremos as localizações residenciais tendo em vista as barreiras à mobilidade social da população negra e a reprodução das desigualdades raciais que mantêm os negros nas posições subordinadas da estrutura social (Cf. Hasenbalg 2005 [1979], dentre outros). Sob esse aspecto, entendemos que o espaço urbano seria uma esfera onde poderíamos observar a rigidez destas “desigualdades persistentes” (Tilly 1998) entre as categorias raciais, que perdura historicamente.

Carlos Hasenbalg (2005 [1979]) nos fornece alguns princípios explicativos para a constituição das desigualdades entre brancos e negros:

(...) como resultado da discriminação do passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. Mas, em acréscimo a isso, (...) a filiação racial deverá interferir nos processos de acumulação de (des)vantagens pelos filhos quanto em suas subseqüentes carreiras como adultos.

(...) devem ser acrescentados às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis – os efeitos de bloqueios resultantes da internalização, pela maioria dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismos funcionam e se reforçam mutuamente leva normalmente negros e mulatos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor (p. 208-9).

Não obstante a herança das “desvantagens das baixas posições sociais” ser, certamente, um fator importante na determinação das localizações residenciais dos indivíduos, os efeitos da discriminação e a regulação de aspirações<sup>12</sup> parecem ser especialmente relevantes para o caso de indivíduos em camadas sociais mais altas. Contudo, gostaríamos de realçar especialmente a noção de “lugar apropriado”<sup>13</sup>, à qual o

---

<sup>11</sup> “O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhes participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes; ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão” (Bourdieu 1997: 166).

<sup>12</sup> Esta regulação de aspirações pode, também, estar vinculada a uma percepção ou “expectativa” de discriminação. De acordo com nosso autor “os negros e mulatos em geral reduzem suas aspirações e deliberadamente limitam sua competição com os brancos, simplesmente para evitar serem lembrados ‘de seus lugares’ e sofrerem a humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios” (Hasenbalg 2004 [1979]: 210).

<sup>13</sup> O estudo de Márcia Lima (2001) sobre a posição dos negros no mercado de trabalho, bem como as pesquisas de Ângela Figueiredo (2003, 2004), que abordam as dificuldades de reconhecimento dos negros de classe média como ocupantes legítimos destas posições de classe, fizeram referência a uma ideia de

autor alude no excerto acima, e que deve orientar tanto situações de discriminação como de regulação de aspirações.

O posicionamento dos negros na estratificação social brasileira pode ser descrito a partir da teoria weberiana sobre as classes sociais – vinculadas às realizações econômicas individuais – e os grupos de status – pautados por avaliações de prestígio que os indivíduos fazem uns dos outros a partir de características que cada um traz consigo, como por exemplo raça, “bons modos”, etc. (Weber 2004). A raça é uma característica que interfere negativamente nas avaliações sociais de prestígio. De maneira que, por um lado, os negros têm limitadas possibilidades de mobilidade ascendente e, por outro, quando equiparam os brancos em realização socioeconômica, não são igualmente reconhecidos como ocupantes legítimos de posições mais altas na estratificação.

O fato das avaliações de status não acompanharem as realizações socioeconômicas remete à noção de “classes nativas”, proposta por Antonio Sérgio Guimarães (2002), como sendo as representações da estrutura e das hierarquias sociais presentes no senso comum. Para este autor, a raça seria uma marca de “classe”, orientaria representações sobre “classe”, em seu sentido nativo, não sociológico. Nestas representações nativas de classe, não apenas as classes mais altas como também as posições hierárquicas superiores em geral não seriam nunca vistas como um “lugar possível” para negros, uma vez que estes carregam características fenotípicas relacionadas às posições hierárquicas mais baixas. Deste modo, o fato dos negros de classe média não serem vistos como sendo da classe média nas representações nativas de classe encontraria apoio na localização residencial deste grupo, o que também ajuda a cristalizar estas representações. Ao estarem fisicamente distantes dos brancos dos mesmos estratos, eles não são reconhecidos como pertencentes a estas camadas; ao mesmo tempo, e inversamente, ao não serem vistos (e nem se verem) como possíveis moradores legítimos de bairros de classe média e alta (pois lá não é ‘lugar de negro’), eles são mantidos (e se mantêm) fora destes espaços: se a classe média não é um “lugar possível” para negros, da mesma forma um bairro nobre também não o seria.

---

“lugar do negro”. Esta estaria ligada a estereótipos e representações acerca de posições que os indivíduos deste grupo deveriam ocupar. Silva e Reis (2011) apontam também que “A constante lembrança aos profissionais negros de que eles estão “fora de lugar” é institucionalizada em estereótipos negativos que existem com ou sem preconceito individual, e, assim, reduzem o status socioeconômico dos profissionais negros por classificá-los de acordo com a cor da pele, que por sua vez reproduz desigualdades persistentes” (p. 75-6, tradução minha).

Assim, a ideia de “lugar do negro” provém do acionamento de estereótipos ligados a determinados caracteres fenotípicos, para, deste modo, conceber “lugares prováveis” que determinadas categorias de indivíduos deveriam ocupar.<sup>14</sup> Estas representações estariam presentes tanto nas situações de discriminação enfrentadas pelos negros de classe média, quanto nas aspirações cultivadas por negros e brancos. Essa concepção encontra apoio, novamente, em Bourdieu (1989), para quem o sentido da posição ocupada por um sujeito no interior da estrutura social não foi simplesmente construído por si mesmo, mas foi incorporado e aceito como natural. Deste modo, de uma representação de mundo que não é própria à sua elaboração, assume-se “o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou não se pode ‘permitir-se a si mesmo’[, o que] implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isto não é para nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar” (p. 141).

É deste modo que os sujeitos reproduzem a permanência dessas relações sociais, a saber, pela naturalização e conseqüente legitimação – inclusive no pensar, representar, perceber, aspirar e atuar individuais – de construções representativas de mundo. Elas passam a ser vistas como formas categoriais da própria percepção das relações sociais e de sua identidade social. Sob este prisma, defendemos a hipótese de que tais estereótipos e representações sobre os “lugares prováveis” (ou “bairros prováveis”) – que certas categorias de indivíduos devem ocupar na cidade – orientam relações sociais, preferências, aspirações, constrangimentos, justificações, opiniões e escolhas acerca do local onde os indivíduos moram e/ou onde morariam.

---

<sup>14</sup> A clássica proposição de Herbert Blumer (1958) define o preconceito racial como proveniente de um “senso de posicionamento de grupo” presente nas imagens que um grupo racial forma do outro. “Isto é sintetizado na expressão chave e universal que uma determinada raça está bem no 'seu lugar'. O senso de posição do grupo é o coração da relação entre o grupo dominante e o subordinado. Ele fornece ao grupo dominante seus esquemas de percepção, o seu padrão de julgamento, seus padrões de sensibilidade, e suas tendências emocionais. (...) Sociologicamente não é um mero reflexo das relações objetivas entre os grupos raciais. Pelo contrário, significa mais "o que deveria ser" do que "o que é". É um senso de onde cada grupo racial *pertence*.” (Blumer 1958: 4-5, tradução minha).

## **Novas questões (por uma agenda de pesquisas sobre raça e segregação residencial no Brasil)**

A discussão realizada na seção anterior nos permitiu formular uma importante hipótese de pesquisa ligada a uma proposta de análise da segregação residencial articulando raça e classe. Contudo, proposta apresenta a segregação (ou a divisão social do espaço) como uma dimensão ou um fator da estratificação social. O tema da segregação por raça ainda carece do desenvolvimento de modelos interpretativos bem como de novas pesquisas empíricas visando melhor caracterizar suas especificidades no contexto brasileiro. Devemos interrogar qual seria o papel e a especificidade da segregação no quadro das relações raciais no Brasil.

Para evidenciar a relevância dos fenômenos de segregação, muitos autores enfatizam a necessidade de ir além da mera descrição de graus de separação espacial de grupos. Em geral, as análises buscam justificar a pertinência dos estudos de segregação ao enfatizar seus mecanismos formadores e seus impactos efetivos, em suma, suas causas e efeitos. A segregação é concebida como parte de um processo de reprodução de desigualdades e discriminação nas sociedades capitalistas (Maloutas 2012: 9).

Pesquisas empíricas visando identificar diferentes processos e causalidades que resultariam nos graus segregação racial observados são muito comuns na sociologia estadunidense (Cf. Charles 2003), mas não na brasileira. Nesta linha de questionamentos, destacam-se duas vertentes: uma que enfatiza processos discriminatórios institucionalizados que criam barreiras às possibilidades dos negros residirem em determinados bairros, na qual sobressaem os estudos sobre discriminação no mercado imobiliário; é uma marca desta vertente a operacionalização de suas questões através de estudos experimentais, os chamados *audit studies*. Uma outra vertente enfatiza as escolhas residenciais individuais e disposições para integração ou para a auto-segregação voluntária, na qual destacamos pesquisas de *survey* sobre “*neighborhood preferences*”. Tais pesquisas argumentam sobre a pertinência da segregação por raça ao demonstrar que, para além das determinações socioeconômicas, os estereótipos e discriminação racial são fatores relevantes que resultam na distribuição dos grupos em áreas específicas do espaço urbano.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Estudos de ambas vertentes seriam de especial interesse se enfocados em negros e brancos de classes médias e altas, tendo em vista a pressuposição de que, nestes estratos, os indivíduos teriam superado limitações materiais às suas possibilidades de escolher onde morar (Ver Telles 1993: 14), tendo maiores

Por outro lado, uma série de pesquisas brasileiras e latino-americanas, muito inspiradas nos estudos norte-americanos sobre “*neighborhood effects*”, descrevem um conjunto de consequências de se viver em espaços segregados. Dentre elas podemos citar: possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, realização educacional, sócio-econômica e, por conseguinte, reprodução de desigualdades; condições de acesso à cidade e a políticas públicas de qualidade; exposição à violência e à criminalidade; cristalização de estigmas e estereótipos; constituição de redes sociais, identidades e de solidariedades intra-grupais; além de representações sociais sobre as desigualdades e sobre o próprio espaço urbano. (Cf., por exemplo: Telles 1995, 1996; Caldeira 2000; Carvalho e Barreto 2007; Torres 2004; Sabatini et al. 2004; Flores 2006; Bichir 2006).

No entanto, tais consequências têm sido alvo de grande controvérsia em recentes debates acadêmicos na sociologia norte-americana (Small e Feldman 2012; Vigdor 2013). Nas últimas décadas, a queda da segregação não foi acompanhada pela queda das desigualdades raciais, o que leva a disputas sobre em que medida a segregação residencial seria, de fato, um fator importante para a reprodução das desigualdades. No limite, isso implicaria num questionamento de pressupostos subjacentes à noção de segregação.

Em geral identifica-se (Cf. Grafmeyer 1994; Marques 2005) duas noções de segregação residencial amplamente empregadas e, em geral, combinadas entre si.<sup>16</sup> A primeira delas diz respeito aos diferenciais de localização de grupos sociais e inspira a construção de indicadores, como o tradicional índice de dissimilaridade, que visam mensurar os graus de separação entre grupos no espaço urbano. Tal concepção de segregação seria o contrário de uma noção normativa assimilação, e guardaria o pressuposto de que as distâncias físicas (residenciais) seriam reflexo de distâncias sociais entre os grupos. A segunda concepção remete a desigualdades de acesso à políticas públicas e aos “bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade” (Grafmeyer 1994: 89). Ambas noções sublinham a relevância da segregação residencial tanto para a reprodução de desigualdades quanto para as relações sociais propriamente ditas.<sup>17</sup> Elas

---

chances de realizar suas preferências residenciais. Nestes casos as barreiras raciais seriam mais salientes, e mais discerníveis das barreiras de classe.

<sup>16</sup> Uma terceira noção de segregação remete à ideia de gueto que comporta as duas noções apresentadas neste texto em suas formas mais extremas.

<sup>17</sup> Edward Telles (2012 [2004]), por exemplo, tem tais aspectos em vista quando constrói um esquema de análise das relações raciais brasileiras pautado por duas dimensões: a das relações verticais nas quais caracteriza a discriminação e as desigualdades; e a das relações horizontais de sociabilidade, proximidade e



devem ser problematizadas tendo em vista a construção de um discurso sociológico sobre o que significa falar sobre segregação por raça no contexto social brasileiro.

Foram citados neste *paper* diversos trabalhos (Telles 1993, 1995, 1996, 2012 [2004]; Carvalho e Barreto 2004; Rios-Neto 2005; Prêteceille e Cardoso 2008; Costa e Ribeiro 2004; Ribeiro 2007; Garcia 2006; Carvalho e Barreto 2007; França 2010) que, como este, revelam indicadores e cartografias da segregação por raça no Brasil. Tais estudos ensejam a construção de análises comparativas entre diferentes regiões metropolitanas brasileiras, uma vez que estas apresentam distintas estruturas urbanas, mas também porque apresentam diferenças nas desigualdades e relações raciais.

Contudo, é necessário perseguir novas questões empíricas e construir bases interpretativas acerca da relevância da segregação residencial no quadro das relações raciais brasileiras.<sup>18</sup> Para além de descrever as áreas de concentração e graus de distância entre grupos sociais, bem como apontar os espaços de concentração e de escassez dos bens materiais e simbólicos da cidade a construção da relevância sociológica da segregação passa por perguntas como: Em que medida tais distâncias físicas de fato implicam em distâncias sociais entre negros e brancos? Ou inversamente: a proximidade espacial garante a mistura social? Como (ou de quais maneiras) ocorre o acesso à cidade para indivíduos de determinados grupos em certas localizações no espaço urbano? Em que medida a segregação residencial pode interferir nas relações de raça e moldar diferentes experiências para negros e brancos? De que maneira a segregação pautaria diferentes experiências e seria um fator organizador das relações entre negros e brancos?

---

interações cotidianas. Estas últimas seriam, não apenas reflexo, como também contribuiriam para proporcionar maior ou menor fluidez nas hierarquias sociais, isto é, nas relações verticais. O autor segue, assim, tradições teóricas norte-americanas, para as quais as relações horizontais seriam indicadores de adaptabilidade, integração e assimilação dos grupos minoritários. A segregação residencial seria uma expressão destas relações horizontais na medida em que revelaria o grau de “distância social” entre os grupos: a partir da distância física das moradias de diferentes grupos sociais no espaço urbano, o estudo da segregação visa apreender as possibilidades de exposição e contato de um grupo com o outro. Pressupõe-se, portanto, que a proximidade física dos lares e o compartilhamento de locais de convívio fazem com que a vizinhança seja considerada uma importante esfera de interação face a face, agregando indivíduos, em geral, socialmente semelhantes (Telles 2012 [2004]; e também Massey 1981; Logan 1978; Charles 2003).

<sup>18</sup> De acordo com Vera Telles (2006): “as evidências empíricas que os indicadores e cartografias nos entregam podem e devem ser entendidos como pontos de cristalização de práticas e processos, como pontos de condensação de tempos sociais e temporalidades urbanas, experiência social sedimentada e história incorporada (Bourdieu) que será preciso reativar para o deciframento dos sentidos e direções das evoluções recentes, das tensões e fricções que atravessam as realidades urbanas” (p. 62).

## **Bibliografia**

- ANSELIN, L. 1995. "Local indicator of spatial association – LISA". *Geographical Analysis*, 27, pp. 91-115.
- BARBOSA, R.; MARSCHNER, M. 2013. "Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)". Working paper. Mimeo.
- BICHIR, R. 2006. *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP).
- BLUMER, Herbert. 1958. "Race Prejudice as a Sense of Group Position." *Pacific Sociological Review* 1:3-7.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- BOURDIEU, P. 1997. "Efeitos de Lugar". In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes.
- CALDEIRA, T. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Ed. 34.
- CARDOSO, F. H. e IANNI, O. 1960. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção *Brasiliiana*, vol. 307).
- CARRIL, L. 2003. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP.
- CARVALHO, I. e BARRETO, V. 2007. "Segregação residencial, condição social e raça em Salvador" *Cadernos Metrópole* 18, (2).
- CHARLES, Camille Zubrinsky. 2003. "The Dynamics of Racial Residential Segregation." *Annual Review of Sociology*, Vol. 29.
- CORTESE, C., FALK, R e COHEN, J. 1976. "Further Considerations on the Methodological Analysis of Segregation Indices." *American Sociological Review* 41:630-37.
- COSTA, C.; RIBEIRO, L. 2004. "Cor, Status e Segregação Residencial em Belo Horizonte: Notas Exploratórias". In: XI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG.

- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARRERO, L. 1979. "Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies". *British Journal of Sociology*, vol. 30.
- FIGUEIREDO, A. 2003. *A Classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros*. Tese de doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, A. 2004. "Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira". *Cadernos Pagu*, no.23.
- FLORES, Carolina. "Consequências da Segregação Residencial: teoria e métodos". In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP : UNICAMP/NEPO, 2006.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. 2010. *Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo. FFLCH-USP.
- FRANÇA, Danilo. 2013. "Desigualdades e segregação residencial por raça e classe na Região Metropolitana de São Paulo (2000-2010)". Texto para discussão CEM/CEBRAP. Mimeo.
- GARCIA, A. 2006. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ.
- GRAFMEYER, Yves. "Regards sociologiques sur la ségrégation". Em: BRUN, J.; RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Paris: L'Harmattan. 1994.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34. 2002.
- HASENBALG, Carlos. 2005 [1979]. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj.
- LIMA, Márcia. 2001. *Serviço de "branco" e serviço de "preto". Um estudo sobre "cor" e trabalho no Brasil urbano*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ. Rio de Janeiro.
- LOGAN, John. 1978. "Growth, Politics, and the Stratification of Places". *The American Journal of Sociology*, Vol. 84, No. 2. Sep..
- MALOUTAS, T. 2012. *Residential Segregation Around the World: Why Context Matters*. London: Ashgate Pub.

- MARQUES, E. 2005. "Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado". In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac.
- MARQUES, E. 2013. "Os espaços sociais e a segregação". Texto para discussão CEM/CEBRAP. Mimeo.
- MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac.
- MARQUES, E. BARBOSA, R., PRATES, I. 2013. "Transformações sócio-econômicas e grupos sociais". Texto para discussão CEM/CEBRAP. Mimeo.
- MASSEY, Douglas. 1981. "Social Class and Ethnic Segregation: A Reconsideration of Methods and Conclusions," *American Sociological Review* 46:641-50.
- MASSEY, D. e DENTON, N. 1988. "The Dimensions of Residential Segregation." *Social Forces* 67:281-315.
- OLIVEIRA, N. 1996. "Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City". *Latin American Perspectives*, Vol. 23, No. 4.
- PIERSON, D. 1971 (1942). *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional (Brasiliana; vol. 241).
- PINTO, L. 1998 (1953). *O Negro no rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- PRÉTECEILLE, E. 2004. "A construção social da segregação urbana: convergências e divergências". *Espaço & Debates* 45.
- PRÉTECEILLE, E.; CARDOSO, A. 2008. Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales, v. XL, p. 617-640.
- RIBEIRO, L. 2007. "Status, Cor e Desigualdades Sócio-Espaciais na Metrópole do Rio de Janeiro". In: XII Encontro da ANPUR. Belém.
- RIOS NETO, E. 2005. "Desigualdade Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana". CEDEPLAR/UFMG. Mimeo.
- ROLNIK, R. 1989. "Território Negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)". *Estudos Afro-Asiáticos* N°. 19, pp 29-41.
- SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. 2004. "Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação". *Espaço e Debates* 45.

- SILVA, M. 2004. “*Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*”. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP.
- SILVA, Graziella; REIS, Elisa. 2011. “Perceptions of Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro” *Latin American Research Review*, v. 2, p. 55-78.
- SMALL, Mario Luis; FELDMAN, Jessica. 2012. “Ethnographic Evidence, Heterogeneity, and Neighbourhood Effects after Moving To Opportunity. Pp. 57-77 in van Ham M., Manley D., Bailey N., Simpson L. & Maclennan D. (eds). *Neighbourhood Effects Research: New Perspectives*. Springer: Dordrecht. Disponível em: <http://home.uchicago.edu/~mariosmall/>.
- TELLES, E. 1993. “Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos* N°. 24, pp. 5-22.
- TELLES, E. 1995 “Race, Class and Space in Brazilian Cities” *International Journal of Urban and Regional Research* N°. 19. pp. 295-406.
- TELLES, E. 1996. “Identidade Racial, Contexto Urbano e Mobilização Política” *Afro-Ásia* 17.
- TELLES, E. 2012 (2004). “*O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*”. Disponível em <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/>.
- TELLES, Vera. “Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade”. Em: CABANES, R. TELLES, V. (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TILLY, Charles. 1998. *Durable Inequality*. California: University of California Press.
- TORRES, H. 2004. “Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. *Espaço e Debates* 45.
- TORRES, H. 2005. “Medindo a segregação”. In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac.
- VARGAS, J. 2005. “Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro.” *Revista de Antropologia* Vol. 48 N°. 1. São Paulo: USP.
- VIGDOR, Jacob L. 2013. “Weighing and Measuring the Decline in Residential Segregation”. *City & Community* 12(2).
- WEBER, Max “A distribuição do poder dentro da comunidade: Classes, estamentos e partidos.” Em: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (Volume 2). Brasília / São Paulo: Editora UnB / Imprensa Oficial. 2004.